

**Contra “O Estado e a Revolução”, de Lênin\***

Chris Wright

Por muitos anos, *O Estado e a revolução*, de Lênin, serviu como fonte principal da interpretação marxista do Estado fora dos círculos acadêmicos. Esta obra formou várias gerações de marxistas com o que parecia ser a análise básica do Estado e uma concepção definitiva do comunismo. Outras obras que a sucederam são incluídas em duas categorias. Em primeiro lugar, há trabalhos complexos, porém, geralmente acadêmicos e não acessíveis à maioria da população, tais como os de Pashukanis, Poulantzas, o debate alemão sobre o Estado (com autores como Offe, von Braummüller, Hirsch e outros), Bob Jessop, John Holloway, Werner Bonefeld, Simon Clarke, entre outros. Em segundo lugar, existem trabalhos de alcance mais popular, mas que realmente não vão além de *O Estado e a revolução*, ou nem sequer chegam ao seu nível, como a obra de Ralph Miliband e a de alguns quase-marxistas como William Domhoff.

Raramente, nos trabalhos mais elaborados encontramos uma crítica direta da obra de Lênin e de sua relação com Marx. Poucos têm avançado em tais críticas e, frequentemente, o debate tem ficado restrito a marxistas acadêmicos. Por exemplo, o debate entre Poulantzas e Miliband gerou toda uma revitalização das análises sobre o Estado no marxismo, porém, o centro da atenção recaiu neles mesmos. Mais tarde, ocorreu o debate alemão sobre o Estado, a partir da revisão do livro de Evgeni Pashukanis, *A teoria geral do direito e o marxismo* (1924)\*, mas parece que os analistas alemães não conseguiram se aproximar de Lênin mais do que a maioria das outras discussões.

---

\* Tradução de José Santana da Silva.

\* A tradução literal dessa obra do jurista bolchevique russo Evgeni Bronislávovich Pachukanis (1891-1937) pode ser *O marxismo e a lei*, entretanto, é mais comum ela ser traduzida como *A teoria geral do direito e o marxismo* (NT).

De certo modo, isso tem a ver com o fato de muitos marxistas acadêmicos terem considerado *O Estado e a Revolução* uma obra tosca e simplista. De qualquer modo, esta apreciação deixa de lado dois pontos importantes. Primeiro, Lênin não é tão tosco quanto muitos pensam. Sua obra representa um dos desenvolvimentos mais elaborados do marxismo sobre o Estado nesse período. Somente a obra *Reforma ou revolução*, de Rosa Luxemburgo, e algumas polêmicas de Anton Pannekoek contra Kautsky e Bernstein representam um enfoque quase tão elaborado sobre o Estado nesse período, porém, com um alcance muito mais limitado. Segundo, apenas Lênin reflete sobre o problema da ditadura do proletariado, a *Crítica do Programa de Gotha* (daqui em diante nos referiremos a esse texto como *Crítica de Gotha*) e a Comuna de Paris de uma forma tão detalhada. O livro de Lênin tem também o mérito de apresentar um enfoque mais libertário do que os que ele próprio sustentaria sobre o Estado posteriormente.

Além disso, considerando que *O Estado e a Revolução* tem sido uma obra central na formação de dezenas de milhares de marxistas, onde mais podemos ir? Seria como falar da concepção leninista do partido sem discutir o *Que fazer?* Por isso, tentarei criticá-lo de várias maneiras. Primeiro, tomarei a concepção de Lênin sobre o Estado e, em particular, do Estado capitalista. Nesse processo terei que discutir, também, a concepção de Engels sobre o Estado, porque dela provém a de Lênin, antes da de Marx. Segundo, vou tomar a questão da ditadura do proletariado em Lênin e em Marx. O primeiro faz uma série de afirmações tanto sobre a construção do “socialismo” (a primeira fase do comunismo) quanto sobre a existência do Estado. Em ambos os casos, baseia-se frequentemente em *A Guerra civil na França* e *A crítica de Gotha*, porém, acredito que se afasta fundamentalmente desses dois trabalhos. Terceiro, vou analisar a relação entre a concepção de Lênin sobre a sociedade pós-revolucionária e a questão do partido e a consciência. Formularei breves comentários sobre as concepções alternativas da relação das organizações revolucionárias com a revolução e os órgãos de poder dos trabalhadores. Finalmente, deixarei abertas algumas interrogações para pensar em função do desenvolvimento de uma concepção da revolução para o século 21 (partindo

do conceito de fetichismo de Marx e de sua ideia do comunismo como o movimento/luta real da classe trabalhadora).

### A concepção do Estado em Lênin

Em sua concepção, Lênin segue *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Neste livro, Engels sustenta que o Estado começa quando se originam as classes sociais e que a divisão da sociedade em classes gera o Estado. Esta afirmação, aparentemente simples e óbvia, deixa de lado algo essencial: *que não existe nenhum Estado genérico*. Todos os Estados existem como Estados de uma sociedade particular. No entanto, o enfoque de Engels não parte disso, mas sim de uma *metacategoria*. Richard Gunn, em seu artigo “*Marxismo e filosofia*”<sup>1</sup> caracteriza este tipo de abstração como uma abstração empirista, que pressupõe uma relação do tipo gênero-espécie com os Estados realmente históricos. Em outras palavras, temos um objeto metafísico chamado Estado e podemos alinhar hierarquicamente debaixo dele todos os Estados que existem na realidade. Assim, sob o título de metacategoria chamada “Estado” podemos alinhar os Estados escravistas, os feudais, os capitalistas, etc. O Estado se transforma numa abstração a-histórica, uma construção *a priori*, que define se tal ou qual “coisa” é um Estado. Engels se pergunta: “*Que é o Estado?*”, e nos dá sua resposta: *um conjunto de homens armados, organizado para defender os interesses da classe dominante*.

No entanto, esse enfoque não chega a nos dar os meios para entender as especificidades do Estado capitalista. Qualquer teoria sobre o Estado teria de responder a seguinte pergunta: “*O que faz com que este Estado seja um Estado capitalista?*” O enfoque de Engels (e o de Lênin) trata o Estado como um instrumento da classe dominante, como um *objeto*, uma “coisa” que existe e está determinada por suas funções. O Estado é capitalista porque os capitalistas controlam o Estado. *Como o controlam?* Por meio da corrupção e de laços pessoais com ele e de “alianças” entre o Estado e o capital<sup>2</sup>. O capital toma posse, colocando os seus representantes no recipiente do Estado. Por sua vez, esses representantes, depois de cumprirem seus mandatos,

---

<sup>1</sup> *Capital e Classe*, nº 37, 1989. [O título completo do referido artigo de R. Gunn é “Marxismo e filosofia: uma crítica do realismo crítico”. Disponível em: [http://www.cseweb.org.uk/pdfs/037/037\\_087.pdf](http://www.cseweb.org.uk/pdfs/037/037_087.pdf), p. 87-116].

<sup>2</sup> Lênin, *O Estado e a revolução*. Buenos Aires, Editora Polêmica, 1974, p. 21.

obtêm postos nas corporações capitalistas, consolidando, assim, a relação. Pressupõe-se que o Estado é um recipiente vazio, até que alguma classe o preencha com um novo conteúdo.

Pois bem, uma teoria alternativa teria de reconhecer o que diferencia o Estado capitalista dos outros Estados. Primeiro, partindo da noção marxista do *fetichismo* (as relações entre as pessoas aparecem como relações entre coisas mediadas pelas pessoas), temos de começar encarando o Estado como uma *relação social*, não como uma *coisa*. Engels e Lênin partiram de um Estado reificado, ao tratá-lo como uma coisa, um recipiente, um instrumento, ao invés de partir da relação social na qual ele se baseia.

Em segundo lugar, tendo estabelecido a necessidade de não coisificar o Estado, *o que é que faz do Estado um Estado capitalista?* O capital, baseado na separação entre os produtores e os meios de produção e transformação da força de trabalho dos produtores numa mercadoria, cria uma separação entre o mercado (o reino da livre troca) e a produção. Esta separação, por outro lado, também separa os meios de dominação do trabalho em relação à exploração da força de trabalho: *separa-se o econômico do político*. Portanto, não existe uma identidade direta entre o capital e o Estado; a relação aparece indireta. Em seu esforço para tornar explícita essa relação, Lênin e Engels agem como se os capitalistas controlassem diretamente o Estado de várias maneiras, mas isso só serve para fetichizar ainda mais a relação, já que pressupõem a aparente identidade entre o Estado e o capital. Entretanto, num mundo fetichizado, aparência e essência não coincidem, e é exatamente isso o que Marx leva em conta em seu conceito do fetichismo e da sua dialética. Lênin e Engels vão de um enfoque dialético a um enfoque positivista, quando se perguntam: *“O que é que faz deste Estado um Estado capitalista?”*.

Em terceiro lugar, Lênin e Engels passam a adotar uma atitude funcionalista frente ao Estado. Este se transforma em nada mais do que as funções que cumpre: a proteção dos interesses gerais do capital. Uma vez que o Estado é transformado numa “coisa”, um instrumento, então ele é reificado e, em consequência, o tornamos mais estável do que ele realmente é. *Se partimos do conceito do fetichismo, no entanto, o Estado existe como uma forma (um modo de existência) da relação capital-trabalho; o*

Estado tem de ser um produto da luta, o que significa que o Estado não pode ser definido por uma série pré-determinada de funções. As “funções” são produto da luta de classes. A constituição do Estado se torna um processo constante; um processo que leva o Estado continuamente a um enfrentamento que reflete a luta de classes. O Estado capitalista, não o que se formou simplesmente com as revoluções burguesas ou com o absolutismo (como sustenta Lênin). A luta de classes constitui, e constitui constantemente, o Estado como uma relação social fetichizada.

Finalmente, temos que nos perguntar: *Como podemos falar de “Estado capitalista” frente a tantos e tão diferentes Estados capitalistas?* Dado que o capital é global desde suas origens, desde a pirataria, a escravidão e a conquista, também o político, como uma relação social, é global. Podemos ver então cada Estado simplesmente como a fragmentação do político em espaços locais. Esta fragmentação gira em torno de duas relações: *a necessidade de controlar o movimento operário e a de atrair o capital*. O capital se move (com diversos graus de mobilidade, dependendo de se se move como capital produtivo, capital mercantil ou como capital-dinheiro) e só se estabelece onde se dão as condições atrativas para a extração de mais-valor. *Desenrola-se uma contradição entre a mobilidade do capital e a imobilidade do Estado*. Na medida em que o capital existe como capital global (o capital nacional é realmente uma ficção), a identificação do capital com uma classe capitalista em particular ou com um Estado capitalista determinado carece de sentido. Não podemos aprofundar este tema aqui, mas este enfoque solapa seriamente o conceito de *“capitalismo monopolista de Estado”* no qual se baseia Lênin e que ele próprio desenvolve. O Estado de Lênin é, no fundo, um Estado *nacional*, como o é seu capital, e seu mundo é um sistema de Estados onde alguns deles exploram os outros. Para uma teoria que toma como ponto de partida o conceito de fetichismo, cada Estado existe como um fragmento, um momento fraturado do político como uma totalidade global. Como resultado disso, a exploração não se dá entre estados imperialistas e estados coloniais ou neocoloniais, mas sim como exploração do trabalho global pelo capital global. Afinal, ainda que Lênin diga que é necessário derrubar o Estado e toma uma posição política revolucionária em relação ao Estado capitalista, sua teoria reflete a da Segunda Internacional.

Enfim, poderíamos dizer, estritamente falando, que a explicação de Lênin sobre o controle capitalista do Estado só difere terminologicamente da de G. William Domhoff e outros críticos liberais e perspicazes que veem o Estado como uma instituição de elite. *Porém, que significa isso para nossa compreensão da revolução? A seguir, vou estabelecer as diferenças entre Marx e Lênin a respeito de sua compreensão dos termos “ditadura do proletariado” e comunismo.*

### **A ditadura do proletariado e o comunismo em Lênin e Marx**

Aqui, nos interessam vários problemas: como ambos entendem a frase “*ditadura do proletariado*”? Que relação existe entre ditadura do proletariado e comunismo? Como Lênin interpretou a discussão de Marx sobre as duas fases do comunismo na *Crítica de Gotha*? Lênin tem um conceito do comunismo como autoemancipação da classe trabalhadora, como a livre associação dos produtores?

Toda a obra inicial de Lênin, e a maior parte do que ele produziu depois, entende a ditadura do proletariado como um tipo particular de ditadura estatal, cuja tarefa é a repressão da classe capitalista, após a revolução. Sejam mais claros: *Lênin, diferentemente do que faz em outros escritos, não utiliza de maneira consistente essa linguagem.* Às vezes, utiliza o termo como Marx usava. Afinal, como Marx entendia essa frase? Numa ampla discussão sobre o significado do termo “ditadura do proletariado”, de Marx a Lênin, Hal Draper desenvolve uma sólida argumentação para sustentar que Marx não o entende como uma forma estatal particular, mas sim como uma ditadura social da classe trabalhadora. *Marx se referia à ditadura do proletariado da mesma forma que se referia a todos os Estados capitalistas, incluindo a sociedade capitalista, como uma ditadura da burguesia.* De fato, nas poucas ocasiões em que Marx utiliza essa frase, seu significado é claramente esse. Em segundo lugar, nessas poucas ocasiões, Draper assinala explicitamente sua polêmica atribuição aos blanquistas e anarquistas. Na realidade, o termo se originou com Auguste Blanqui e seus seguidores. Marx o utilizava na discussão, mas criticando uma noção *putchista* da revolução social, uma noção da qual Lênin se aproximava perigosamente. No melhor dos casos, podemos dizer que Lênin, às vezes, toma a frase no sentido de Marx, porém,

de forma inconsistente, inclusive em *O Estado e a revolução*. No resto de suas obras, Lênin quase sempre a utiliza com um sentido consistentemente errôneo.

Esta diferença revela outro problema. Embora ambos vejam a classe operária como revolucionária, fazem-no por razões completamente diferentes. Por exemplo, Lênin cita a seguinte passagem de Engels como se fosse um evangelho:

Quando não existe nenhuma classe social submetida à opressão; quando desaparecem, junto com a dominação de classe, junto com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, não haverá mais nada para reprimir nem fará falta, portanto, essa força especial de repressão, que é o Estado<sup>3</sup>.

Note-se como Engels associa a opressão capitalista à anarquia da produção, sem nenhuma discussão sobre a crítica central de Marx do capital: *a separação do produtor dos seus meios de produção*. Compare-se isto com a seguinte afirmação de Lênin:

A destruição da dominação burguesa só pode ser levada a cabo pelo proletariado, essa classe especial cujas condições econômicas de existência a preparam para essa derrubada e lhe dão possibilidades e força para concretizá-la. Enquanto a burguesia divide e dispersa os camponeses e todas as camadas pequeno-burguesas, o proletariado se torna coeso, se une e se organiza. Somente o proletariado – em virtude do seu papel econômico na grande produção – é capaz de ser o líder de todas as massas trabalhadoras e exploradas, a quem com frequência a burguesia explora, escraviza e oprime, não menos senão mais que os proletários, mas que são incapazes de lutar por sua conta para alcançar a própria libertação<sup>4</sup>.

Lênin afirma que o proletariado é a classe emancipadora por seu papel na produção em grande escala. Confunde uma organização histórica particular da força de trabalho com a relação chave entre capital e trabalho. Lênin não compreendeu a discussão de Marx sobre o trabalho alienado e o fetichismo. O poder emancipador do proletariado vem do fato de que a classe trabalhadora existe como negação da propriedade, da exploração. A separação total do produtor em relação aos meios de produção sob o capital significa que classe trabalhadora não tem uma existência possível como proprietária, isto é, como classe exploradora. A organização particular do

---

<sup>3</sup> F. Engels, *Anti-Dühring* (p. 301-303 da 3ª ed. alemã), citado por Lênin em *O Estado e a revolução* (p. 24).

<sup>4</sup> Lênin, ob. cit., p. 35.

trabalho alienado é secundária em relação ao modo particular de existência do trabalho sob o capitalismo.

Isto é importante porque estas perspectivas diferentes levam a duas concepções distintas da revolução. Para Lênin (e, parcialmente, para Engels), a primeira fase do comunismo consiste na expropriação por parte dos trabalhadores do processo de produção dominante e o Estado (operário) assume a administração das relações de produção existentes. Para Marx, a primeira fase do comunismo significa a livre associação dos trabalhadores, a abolição da separação dos produtores em relação aos meios de produção, ou seja, a abolição das relações de propriedade. O que Marx considera como os preparativos básicos do comunismo, realizados no curso da revolução, da expropriação dos expropriadores, Lênin considera que é a primeira fase do comunismo.

Lênin interpreta de forma completamente equivocada a *Crítica de Gotha* e a discussão dos dois estágios do comunismo. Para Marx, não há um estágio do comunismo com o Estado, com produção de mercadorias ou com trabalho assalariado. Lênin confunde completamente o problema da derrubada revolucionária da sociedade burguesa com o do primeiro estágio do comunismo. Ele expressou isso da seguinte maneira:

O proletariado necessita do poder estatal, organização centralizada da força, organização da violência, tanto para esmagar a resistência dos exploradores como para dirigir a enorme massa da população, os camponeses, a pequena-burguesia e os semiproletários na obra de “pôr em marcha” a economia socialista<sup>5</sup>.

Ao fazê-lo, Lênin rompe com Marx na segunda parte da afirmação. Até aí, poderia argumentar que representava a posição de Marx. Sua confusão entre o período revolucionário e a primeira fase do comunismo se concentra nesta citação:

Mas, aspirando ao socialismo, estamos convencidos de que este se converterá gradualmente no comunismo, levando com isto ao desaparecimento de toda necessidade de violência dos homens em geral, de toda necessidade de subordinação de uns homens a outros, de uma parte da população à outra, pois os homens se habituarão a observar as regras elementares da convivência sem violência e sem subordinação<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Lenin, *O Estado e a revolução*, p. 36.

<sup>6</sup> Lenin, ob. cit., p. 101 e 102.



Lênin vê a primeira fase do comunismo como uma fase de subordinação, porque só pode concebê-lo em termos de tomada do poder estatal e de estatização da propriedade privada. Assim, ele afirma que “*na primeira fase da sociedade comunista (geralmente chamada de socialismo)... a lei burguesa*” não é abolida completamente, apenas uma parte é suprimida, na medida em que a revolução econômica é alcançada, isto é, somente no que se refere à propriedade dos meios de produção. A “*lei burguesa*” os reconhece como propriedade privada dos indivíduos. O socialismo os converte em propriedade comum. Nessa medida, e somente nessa medida, desaparece a “*lei burguesa*”.

O princípio socialista de que “*quem não trabalha não come*”, já está realizado; o outro princípio socialista que estabelece “*igual quantidade de produto por igual quantidade de trabalho*” também já está realizado. Todavia, isto ainda não é o comunismo – nem tampouco é abolida a “*lei burguesa*” – que concede a indivíduos desiguais igual quantidade de produtos em recompensa por quantidades desiguais (realmente desiguais) de trabalho<sup>7</sup>. Isto contradiz Marx completamente, que diz que é o direito burguês, e não a lei, que deveria pressupor o Estado. Lênin se atém à revolução econômica, unicamente do ponto de vista técnico, restrito aos “meios de produção”, distintamente de Marx, que se concentra nas relações de produção, na separação do produtor em relação aos seus meios de produção. A ideia de que o “socialismo” equivale meramente à conversão da propriedade privada burguesa em propriedade comum desvirtua completamente a concepção de Marx. Para este, a propriedade privada significa propriedade capitalista como um todo, como a propriedade total da classe capitalista, não simplesmente como propriedade individual juridicamente reconhecida. O capitalismo de Estado converteu a propriedade individual em propriedade comum, sem violar a propriedade privada, isto é, a propriedade capitalista<sup>8</sup>. Portanto, Lênin postula tão somente uma forma diferente de capitalismo, uma vez que nada muda nas relações sociais de produção sob o “socialismo”<sup>9</sup>. Cabe notar que Lênin contrapõe o

---

<sup>7</sup> Lenin, ob. cit., p. 114.

<sup>8</sup> Paresch Chattopadhyay, *O conceito marxista de capital e a experiência soviética*, Praeger, 1994.

<sup>9</sup> Não utilizo o termo “capitalismo de Estado” porque penso que ele representa uma noção errônea da relação entre o capital e o Estado. Veja-se minha discussão acima sobre a concepção de Lênin sobre o

Estado à classe trabalhadora neste que é seu trabalho mais libertário. Os parágrafos seguintes põem em destaque a distância entre ambos.

Não somos utópicos, não “sonhamos” com a possibilidade de prescindir de toda forma de governo e de toda subordinação de um só golpe; estes sonhos anarquistas, baseados na incompreensão das tarefas da ditadura do proletariado, são fundamentalmente estranhos ao marxismo e, de fato, só servem para adiar a revolução socialista, à espera de que os homens sejam diferentes. Não, nós queremos fazer a revolução com homens concretos como os de hoje, com homens que não podem se submeter a regras sem subordinação, sem controle, sem “inspetores e contadores”<sup>10</sup>.

Nós mesmos, os operários, organizaremos a grande produção, partindo do que foi criado pelo capitalismo, baseando-nos em nossa própria experiência de trabalho, estabelecendo uma disciplina rigorosíssima, férrea, mantida pelo poder estatal dos operários armados; transformaremos os funcionários públicos em meros executores de nossas diretrizes, em “inspetores e contadores” responsáveis, revogáveis e modestamente remunerados (assim como os técnicos de todos os gêneros, tipos e graus)<sup>11</sup>.

Um engenhoso socialdemocrata alemão da década de 70 do século passado disse que o correio era um modelo de economia socialista. Isto é correto. Hoje, o correio é uma empresa organizada na forma de um monopólio capitalista de Estado. O imperialismo transforma pouco a pouco os trustes em organizações desse tipo. Neles, vemos essa mesma burocracia burguesa posicionada sobre os “simples” trabalhadores, exaustos e famintos. Mas o mecanismo da administração social já se encontra preparado aqui. Não é mais necessário derrubar os capitalistas, destruir, com a mão férrea dos operários armados, a resistência desses exploradores, destruir a máquina burocrática do Estado moderno, pois teremos em nossas mãos um mecanismo de alta perfeição técnica, livre do “parasita” e perfeitamente suscetível de ser posto em funcionamento pelos mesmos operários unidos, empregando técnicos, inspetores e contadores, retribuindo o trabalho de todos eles, como o de todos os funcionários “do Estado” em geral, com o salário de um operário. Esta é uma tarefa concreta, uma tarefa prática, que deve ser realizada imediatamente em todos os trustes, libertando todos os trabalhadores da exploração, e que leve em conta a experiência iniciada na prática (sobretudo no que se refere à organização do Estado) pela Comuna<sup>12</sup>.

Organizar toda a economia nacional como está organizado o correio, para que os técnicos, os inspetores, os contadores e todos os funcionários em geral recebam salários que não sejam superiores ao “salário de um operário”, sob o controle e a direção do proletariado armado: este é o nosso objetivo imediato. (...) Isto é o que nos levará à abolição do parlamentarismo e das instituições representativas; isto é o que livrará as classes trabalhadoras da substituição dessas instituições pela burguesia<sup>13</sup>.

---

Estado e o artigo de John Holloway, “Capital global e Estado nacional”, no n° 52 de *Capital e Classe*, de 1994, para uma discussão mais detalhada.

<sup>10</sup> Lenin, *O Estado e a revolução*, p. 64.

<sup>11</sup> Lenin, ob. cit., p. 65-66.

<sup>12</sup> Lenin, *O Estado e a revolução*, p. 65-66

<sup>13</sup> *Ibid.*

Devemos ir além e afirmar que Lênin distorceu completamente a discussão de Marx sobre o direito burguês na primeira fase do comunismo, acreditando que ele defendia a continuação do trabalho assalariado. Já na primeira fase do comunismo são extintos o dinheiro e a relação salarial. Pressupõe o fim do Estado e das relações capitalistas de produção. Ambas as fases do comunismo dependem do que Marx chamou “*a livre associação dos produtores*”, na qual a liberdade de cada um é precondição da liberdade de todos. *Isto significa que Marx não acreditava que o proletariado necessitava de um Estado de transição e imediatamente em via de extinção, nada além disso, para eliminar a classe capitalista?*

Primeiro, está claro que Marx tem em mente algum tipo de forma transitória de Estado, mas este existe somente enquanto continua a expropriação dos expropriadores. Isto não tem nada a ver com a primeira fase do comunismo (o que Lênin e outros sustentavam como socialismo). Segundo, Marx não concebia esse Estado particular como “ditatorial”, como uma ditadura no sentido moderno, como o indicou em seus escritos, deixando em aberto a interrogação sobre a forma estatal específica. Além do mais, podemos dizer que a Comuna era o núcleo de sua concepção, uma forma que, certamente, não tinha nenhum traço de ditadura no sentido moderno do termo. Algumas das citações mais “estatistas” de Marx bastariam para esclarecer esse ponto, como os seus escritos de *A guerra civil na França*. E em suas *Notas sobre Adolph Wagner* se inclina mais ainda, e sem ambiguidades, numa direção antiestatista:

... Na descrição das fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, temos descrito a guerra civil mais ou menos velada, desencadeando-se com fúria dentro da sociedade até o momento em que a guerra se transforma em revolução aberta, quando a derrubada violenta da burguesia estabelece os fundamentos para o domínio do proletariado.

*Vimos acima que o primeiro passo na revolução operária é elevar o proletariado à posição de classe dominante para ganhar a batalha da democracia.*

O proletariado se valerá da sua dominação política para arrancar gradualmente da burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado

organizado como classe dominante; e para aumentar com a maior rapidez possível a soma das forças produtivas<sup>14</sup>.

Se a luta política da classe operária – escreveu Marx, ridicularizando os anarquistas e sua negociação da política – assume formas revolucionárias, se os operários substituem a ditadura da burguesia pela sua ditadura revolucionária, cometem um terrível delito de lesa-princípio, porque, para satisfazer suas míseras necessidades materiais de cada dia, para vencer a resistência da burguesia, dão ao Estado uma forma revolucionária e transitória, em lugar de depor as armas e aboli-lo<sup>15</sup>.

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista – prossegue Marx – há o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado<sup>16</sup>.

### **A questão do partido e a consciência**

A concepção de Lênin sobre o partido provém do seu conceito da consciência, que deriva de Kautsky e da Segunda Internacional. Ele próprio explica claramente a relação em *Que fazer?*, quando afirma que a classe operária não pode ir além da consciência sindical e atingir uma consciência revolucionária sem a intervenção exterior do partido. A consciência revolucionária vem de fora da luta de classes, provém do desenvolvimento da ciência<sup>17</sup>. Muitas têm argumentado que Lênin vai além dessa perspectiva em diferentes momentos, tais como em *O Estado e a revolução*. Supostamente, naquela obra ele assumiria uma perspectiva diferente sobre a questão da emancipação do proletariado. *É possível concordar com essa opinião?* Parece-nos que não. Lênin continua entendendo o desenvolvimento da consciência de classe de uma forma mecânica, que pressupõe o partido como o seu catalisador necessário e a sua encarnação. Lênin explicita o papel do partido da seguinte maneira:

Ao educar o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, vanguarda capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, de dirigir e organizar o novo regime, de ser o mestre, o dirigente e o chefe de todos os trabalhadores e explorados, na obra de organizar sua própria vida social sem a burguesia e contra a burguesia<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> K. Marx, *Manifesto Comunista* (p. 31 e 37, 7ª ed. alemã, 1906), citado por Lênin em *O Estado e a revolução*, p. 33.

<sup>15</sup> K. Marx, *Neue Zeit*, 1913-1914, ano 32, t. I, p. 40, citado por Lênin, ob. cit., pág. 77.

<sup>16</sup> K. Marx, *Crítica do Programa de Gotha*, citado por Lênin, ob. cit., p. 106.

<sup>17</sup> Para as críticas desta opinião veja-se *Marxismo Aberto*. Vols. 1-3; Bonefeld, Gunn, Psychopedis e outros, 1993-1994.

<sup>18</sup> Lenin, *O Estado e a revolução*, p. 36.

Essa concepção do papel do partido reforça ainda mais seu caráter de portador da consciência no lugar da classe operária. O partido existe como o educador, provido de um conhecimento e de uma técnica especiais. Sendo assim, perguntamos: *de onde vêm essa informação e esse conhecimento privilegiados?* Lênin nos responde prontamente: *da ciência positiva do marxismo.*

Essa resposta, porém, gera vários outros problemas. Marx não concebeu suas ideias como uma ciência positiva sobre o mundo. Quando utilizou o termo “ciência”, o fez num sentido negativo, referindo-se a “*uma crítica desapiedada de todo o existente*”<sup>19</sup>. Para Marx, a dialética significa sempre uma dialética negativa. Engels foi o primeiro a não entender isso, tendo construído sobre seus erros parciais todo um tratamento positivista da dialética, totalmente absorvido por Lênin. Em consequência disso, a noção de Lênin do marxismo é justaposta ao marxismo de Marx [sem coincidir com este].

Não é possível encontrar um espaço exterior à luta de classes, exterior à alienação e à fetichização, de onde se afirma essa ciência positiva. Não encontramos em Marx um lugar “fora” da relação capital-trabalho, nenhum espaço privilegiado, distanciado, objetivo do qual podemos transformar a classe operária, ou nossa própria atividade ou qualquer outra coisa num objeto puro de estudo.

Visto que o capital não é outra coisa senão trabalho alienado, não possui existência separada do trabalho. Mas uma vez que o trabalho não significa nada sob o capital, exceto como trabalho alienado, e considerando que o capitalismo existe como separação dos produtores em relação aos meios de produção, o trabalho existe também *contra* o capital. Isso mostra uma relação antagônica entre ambos, porém assimétrica: o capital necessita do trabalho, mas este não necessita do capital. *O trabalho existe no, contra e para além do capital simultaneamente.* Em Marx, a consciência revolucionária é privilégio especial da classe operária, não de um partido de intelectuais ou de uma “vanguarda” de operários ativistas. A classe operária, dilacerada pela contradição de estar no e contra o capital, é a única classe que, como um todo, está em condições de romper o processo de fetichização. *É a exploração e o trabalho alienado, e não as*

---

<sup>19</sup> K. Marx, *A sagrada família.*

“ideias científicas socialistas”, que levam o conjunto da classe à consciência revolucionária<sup>A</sup>.

A noção de Marx de autoemancipação da classe (e seus conceitos de organização, afirmados no *Manifesto comunista*, em seu trabalho na Associação Internacional dos Trabalhadores e nas cartas que escreveu até o final de sua vida, incluindo a *Crítica de Gotha*) indica uma concepção de consciência diversa da de Lênin. Esta concepção diferente acerca da formação da consciência implica todo um conceito distinto do Estado e da revolução. Também implica uma concepção completamente diferente da organização. Se é certo que a concepção organizativa de Lênin representa um distanciamento do enfoque de Marx sobre o problema da consciência e, conseqüentemente, da organização, então, *por onde começar?*

Primeiro, é necessário fazer uma séria reconsideração das formas não leninistas de organização, inclusive aquelas que, finalmente, fracassaram (num certo sentido, todas fracassaram, mas algumas fracassaram mais do que outras). Os *comunistas de conselhos* delinearão e desenvolveram a questão dos conselhos operários, embora em certa medida tenham feito deles um fetiche. Enfim, parecem ter proposto que as organizações revolucionárias deveriam se dissolver nos conselhos e não manterem uma existência separada dos órgãos de poder operário depois da revolução. As revistas *Humanismo Marxista* e *Socialismo ou Barbárie* desenvolveram diversas concepções organizativas opostas ao vanguardismo, mas com uma forte ênfase na unidade entre teoria e prática, mesmo quando divergem sobre pontos importantes. A *Internacional Situacionista* desenvolveu uma importante crítica do “militantismo”. Esses grupos também desenvolveram uma posição conselhistas sobre o papel das organizações

---

<sup>A</sup> Chris Wright acerta em quase todas as suas afirmações, mas algumas vezes demonstra um certo limite na compreensão da dialética e do marxismo, esquecendo-se da totalidade e da determinação fundamental expressa na luta de classes, que aparece isolada e sob a forma de conceitos, próximos da fetichização que ele acusa em Lênin. Esses problemas podem ser vistos na sua recusa do conceito de capitalismo de estado, na sua incompreensão da relação entre essência e existência ao discutir o conceito de estado, a incompreensão do comunismo de conselhos (veja adiante, a respeito dos conselhos operários) e, novamente aqui, ao ser feliz em romper com o cientificismo e vanguardismo de Lênin, mas, ao mesmo tempo, cair num certo obreirismo, um outro tipo de fetichismo. A afirmação correta seria que é a exploração e alienação que desencadeiam a luta de classes e essa o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, que gera duas fontes: a própria luta e a teoria derivada dela, sendo que ambas se reforçam mutuamente, desde que sejam autenticamente revolucionárias (Nota RMA).

marxistas nos conselhos operários, projetando um papel puramente negativo e antiburocrático, que deveria continuar após a revolução. O grupo *Solidarity*, na Inglaterra, elaborou uma combinação de ideias derivadas desses diversos grupos e desenvolveu uma série de reflexões dignas de maior investigação. Menciono apenas as que, para mim, tem se constituído em intervenções críticas e espero que sejam apresentados outros exemplos e ideias para discussão.

Em segundo lugar, poderíamos começar perguntando: “Visto que a consciência revolucionária se desenvolve no curso da luta de classes e que o marxismo não surge na cabeça de todos os trabalhadores revolucionários, qual é então o papel dos marxistas?” Poderíamos fazer algo pior do que retomar os simples comentários de Marx no *Manifesto comunista* sobre o papel dos comunistas no movimento operário como parte de nosso repensar, degenerando a teoria e a prática organizativas de Marx, tornando-as parte essencial do leninismo (especialmente do leninismo pós-Lênin). *Isso nos condena a uma posição contemplativa?* Não foi assim para Marx, portanto, não acreditamos que deva sê-lo para nós. Todavia, temos de nos perguntar: *Qual o nosso papel, como revolucionários?*

A atração do leninismo consistiu em ter sempre a resposta para esse tipo de questão, ainda que fosse a resposta incorreta.

### **Para uma concepção da revolução**

Até este ponto, não falamos sobre o problema dos bolcheviques no poder ou sobre a revolução de Outubro de 1917, embora a discussão desses dois assuntos esteja implícita ao longo de todo este artigo. Isto exigiria um espaço muito mais amplo do que o que dispomos aqui. O melhor que podemos fazer é remeter os leitores a uma série de trabalhos, cada um abordando uma parte do que consideramos como o desenvolvimento mais avançado da crítica ao leninismo, especialmente do leninismo no poder<sup>20</sup>. Em todo caso, gostaríamos de expor algumas conclusões. Primeiro, entendemos que a ideia de que Lênin desenvolve uma análise marxista coerente do Estado é indefensável. Em vez

---

<sup>20</sup> Entre os “lugares” de onde extrair algo se encontram: Paresh Chattopadhyay, John Holloway, Werner Bonefeld, Raya Dunayevskaya, a Internacional Situacionista e Guy Debord, Maurice Brinton e Solidariedade, Anton Pannekoek, Paul Mattick, o marxismo autonomista italiano e muito mais. Há toda uma tradição subterrânea no marxismo que precisamos reexaminar, a começar pelo próprio Marx.

disso, desenvolve uma visão com forte tendência ao funcionalismo e ao positivismo. Segundo, a noção de revolução de Lênin tem pouco a ver com a concepção de revolução de Marx como autoemancipação da classe trabalhadora. Quando Lênin está correto, não diz nada além do que pode ser encontrado em Marx. Lênin, em geral, interpreta mal a *Crítica de Gotha*. Toda a sua discussão sobre o comunismo e a ditadura do proletariado se afasta de Marx, ao contrário de desenvolvê-la. Mais do que isso, Lênin aprofunda a linha de pensamento que poderíamos denominar *lassalleísmo*, com sua fetichização do Estado. Em outras palavras, *não temos de superar Lênin, temos de relegar o leninismo ao lixo da história*. Temos de procurar a interpretação correta em outro lugar.

*Isto significa que temos de retornar a Marx?* Temos novas perguntas para fazer e novas experiências para assimilar. O mundo não está parado desde a época de Marx, nem tampouco a revolução. Ao reexaminar alguns dos problemas abordados por Marx, tal como os tratou, talvez possamos ajudar a reformular um marxismo diferente, o que John Holloway, Werner Bonefeld, Richard Gunn e outros chamaram de “*marxismo aberto*”.

Certamente, depois do século 20, não podemos mais pensar nem falar do poder e da revolução nos mesmos termos do século 19. Já não podemos dizer: “*Mirem-se no que fizeram os Comunardos*”. Ao mesmo tempo em que não podemos ignorar essa experiência. Não pretendo apresentar respostas, em vez disso, tenho perguntas. Por isso, não vou propor aqui uma concepção nova da revolução; quero tão somente apresentar uma série de pontos que podem ajudar-nos a desenvolver coletivamente essa concepção:

1. A *noção do Estado* e como o entendemos é um ponto central nessa discussão. Holloway, Bonefeld, Simon Clarke e outros iniciaram um trabalho vital que acreditamos ser necessário retomar e desenvolver. Temos de ir além do Estado genérico ou do Estado como um instrumento ou objeto externo à relação capital-trabalho. Não podemos formular essa perspectiva aqui além do que já expusemos neste artigo.

2. Ao discutir o problema da revolução temos de reabrir o debate sobre as *formas do poder operário* que temos observado, especialmente os conselhos de fábrica e os conselhos operários. Não é que o mesmo tenha sido encerrado, mas se tornou um debate minoritário no marxismo, às margens das discussões dominadas pelo leninismo,



que pretendeu ter todas as respostas. Devemos nos perguntar se o conceito de “*abolição do Estado*” realmente traduz de maneira adequada todo o problema da relação entre o Estado e a revolução. Precisamos retomar a questão das formas da revolução, começando pelo reconhecimento de que realmente não sabemos como se manifesta (ao tomar equivocadamente um tipo de revolução por outro na Rússia e tendo visto poucas desde então, num mundo que mudou drasticamente nos últimos trinta anos).

3. Temos de enfrentar a noção de *ditadura do proletariado*. Primeiro, queremos continuar usando esse termo? Ele já parecia inadequado nos tempos de Marx, inclusive Engels propôs, ao falar do Estado revolucionário, não como Estado, mas utilizando a versão alemã da palavra “*Comuna*”<sup>21</sup>. Mais do que isso, devemos perguntar se o “Estado transitório”, como o chama Marx, terá de ser uma barreira necessária que devemos ultrapassar ou um desvio mortal do qual nenhuma revolução pode se recuperar<sup>B</sup>.

4. *Como entendemos o comunismo?* Contamos com as ideias de Marx, seus debates sobre a comuna. Há um amplo leque de ideias não leninistas que podem ser tomadas em conta, mesmo assim ousamos afirmar: precisamos revisitar seriamente o anarquismo.

5. Necessitamos retomar o problema da *organização* e do *papel* dos revolucionários. Estas questões foram expostas acima, mas de maneira breve.

Estas são apenas algumas perguntas e sugestões provisórias, mas, talvez, devemos partir delas. Não só não temos todas as respostas, como devemos levar em conta o fato de que *nunca as tivemos*. Temos de dar o melhor de nós para vermos Marx com novos olhos e redescobrir a revolução.

---

<sup>21</sup> Veja-se sua *Carta a Bebel*, de 1875, em relação a este tema, citada em *O Estado e a revolução* na seção sobre a *Crítica de Gotha*.

<sup>B</sup> Esse processo de superação linguística começou a ser realizado pelo Comunismo de conselhos e foi ampliado por outras tendências, especialmente a partir de 1968, pelo marxismo autogestionário, sendo que certos termos foram abandonados e outros adotados, entre outros processos de mutação linguística revolucionária (Nota da RMA).